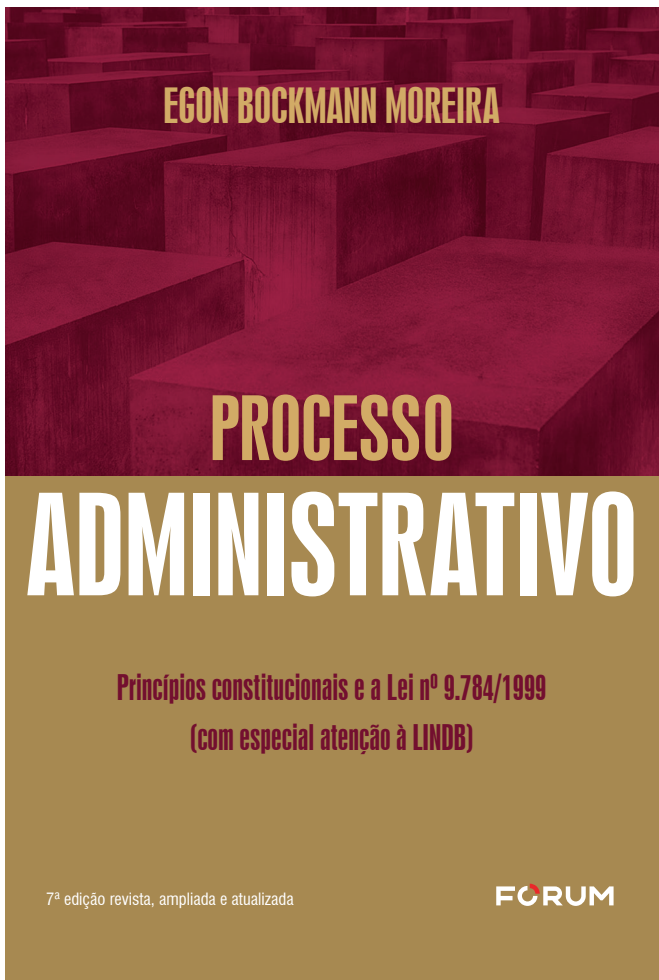


EGON BOCKMANN MOREIRA

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Princípios constitucionais e a Lei
nº 9.784/1999
(com especial atenção à LINDB)

7ª edição revista, ampliada e atualizada



O processo administrativo confirmou-se como um dos temas mais importantes do Direito Administrativo brasileiro. Previsto na Constituição, ele regula parte significativa da convivência das pessoas com o Estado. O mesmo se diga da Lei nº 9.784/1999, que define o funcionamento da Administração Pública e, em especial, o seu relacionamento processual com as pessoas privadas. Daí a importância de estudarmos o processo administrativo com os olhos no cidadão e seus direitos e garantias fundamentais.

Com especial gratidão a seus leitores, esta 7ª edição vem inteiramente revisada e atualizada, atenta à jurisprudência dos Tribunais Superiores.

O livro é indispensável para o estudo e prática do atual processo administrativo brasileiro.

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins

TEORIA DO PROCESSO;
DIREITO CONSTITUCIONAL.

Palavras-chave

Processo Administrativo; Devido processo legal; Contraditório; Ampla defesa; Direito fundamental processual; LINDB; Decisão coordenada; Negociação processual; Princípio da legalidade; Princípio da proporcionalidade; Agências reguladoras; Tribunal de Contas.

FORMATO: 17 x 24 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3591

M838p Moreira, Egon Bockmann

Processo administrativo: princípios constitucionais e a Lei nº 9.784/1999 (com especial atenção à LINDB) / Egon Bockmann Moreira. - 7. ed. rev. e atual. --. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

345p. ; 17cm x 24cm.

ISBN impresso 978-65-5518-871-4

ISBN digital 978-65-5518-863-9

1. Processo administrativo. 2. Devido processo legal. 3. Contraditório. 4. Ampla defesa. 5. Direito fundamental processual. 6. LINDB. 7. Decisão coordenada. 8. Negociação processual. 9. Princípio da legalidade. 10. Princípio da proporcionalidade. 11. Agências reguladoras. 12. Tribunal de Contas. I. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MOREIRA, Egon Bockmann. *Processo administrativo: princípios constitucionais e a Lei nº 9.784/1999 (com especial atenção à LINDB)*. 7. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 345p. ISBN 978-65-5518-871-4.

EGON BOCKMANN MOREIRA

Professor Titular de Direito Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-Doutor em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Doutor e Mestre em Direito do Estado pela UFPR. Pós-graduado em Regulação Econômica e Concorrência (CEDIPRE – Universidade de Coimbra) e em Mediação (PON – Harvard Law School e Strauss Institute – Pepperdine Law School). Professor associado visitante da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2022/2024). Foi professor visitante nos programas de pós-graduação, mestrado e doutorado da Universidade de Lisboa (2011), da Faculdade de Direito da USP (2018) e da Escola de Direito da FGV-RJ (2018). Advogado, parecerista e árbitro. É o diretor da Revista de Direito Público da Economia – RDPE e integra a coluna Publicistas, do site JOTA.

SUMÁRIO

NOTA À 7ª EDIÇÃO	11
NOTA À 6ª EDIÇÃO	13
CAPÍTULO I	
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO II	
CONDIÇÕES GERAIS ESTIPULATIVAS.....	21
1 Relação administrativa e exercício de função administrativa	21
1.1 O conceito de relação administrativa	22
1.2 Atividade administrativa e finalidade legal.....	25
1.3 O conceito de função em Direito Administrativo.....	27
1.4 Conclusão.....	29
2 Processo administrativo. Seu regime jurídico	29
2.1 O conceito jurídico de processo	30
2.1.1 Autonomia da relação jurídico-processual.....	30
2.1.2 Processo e procedimento	33
2.2 Processo administrativo. Por que não “procedimento administrativo”	35
2.2.1 Função administrativa, relação de administração e processo	35
2.2.2 Processo ou procedimento administrativo?.....	36
2.2.3 Ainda a divergência. A evolução legislativa.....	37
2.2.4 A doutrina nacional e a defesa do termo “procedimento”	37
2.2.4.1 O pensamento de Carlos Ari Sundfeld	38
2.2.4.2 O pensamento de Lúcia Valle Figueiredo	40
2.2.4.3 O pensamento de Marçal Justen Filho	42
2.2.5 Conclusão. Processo administrativo, não procedimento.....	48
2.3 Processo administrativo. A falsa confusão com “atos complexos” e “atos coletivos”	49
2.3.1 Processo administrativo e ato administrativo complexo.....	49
2.3.2 Processo administrativo e ato administrativo coletivo	51
3 Processo administrativo. Instrumento de garantia e efetivação de direitos	52
4 As dimensões do processo administrativo: individuais, coletivos e de cidadania	53
5 O Código de Processo Civil/2015 e sua aplicação no processo administrativo... ..	58
6 A Nova Lei de Introdução e sua aplicação no processo administrativo.....	68
7 Conclusões preliminares	71
CAPÍTULO III	
O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO DIREITO BRASILEIRO – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E A LEI Nº 9.784/1999.....	
1 Processo administrativo e princípios constitucionais	73
2 Princípios constitucionais de Direito Administrativo e sua pertinência com o processo administrativo num Estado Democrático de Direito	75
2.1 Direito administrativo e o princípio do Estado Democrático de Direito.....	75
2.2 Princípio do Estado Democrático de Direito e o processo administrativo.....	77
2.3 Princípio da legalidade (proporcionalidade, razoabilidade).....	81
2.3.1 Princípio da legalidade e a Lei nº 9.784/1999.....	82
2.3.2 Princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.....	84
2.3.3 O processo administrativo, a Lei nº 9.784/1999 e os princípios da legalidade, proporcionalidade e razoabilidade	87

2.4	Princípio da isonomia	88
2.4.1	Processo administrativo e o princípio da isonomia	90
2.5	Princípio da moralidade (boa-fé e imparcialidade)	93
2.5.1	Princípio da moralidade. Definição e efeitos.....	95
2.5.2	Princípio da moralidade, anulação, convalidação e a Lei nº 9.784/1999	97
2.5.3	Princípio da moralidade, sua violação e o dever de anulação	100
2.5.4	O processo administrativo, a Lei nº 9.784/1999 e o princípio da moralidade....	103
2.5.5	Princípio da moralidade, boa-fé e processo administrativo	103
2.5.6	Princípio da moralidade, imparcialidade e processo administrativo.....	106
2.6	Princípio da publicidade	110
2.6.1	Princípio da publicidade e sua importância no processo administrativo	111
2.6.2	Princípio da publicidade e a Constituição da República.....	111
2.6.3	Princípio da publicidade. Noção e limites	119
2.6.4	Princípio da publicidade, a Lei nº 9.784/1999 e o Código de Processo Civil/2015	120
2.7	Princípio da responsabilidade objetiva.....	121
2.7.1	Limites da responsabilidade objetiva.....	122
2.7.2	Responsabilidade objetiva como dever administrativo	123
2.7.3	Responsabilidade objetiva e os titulares do dever de indenizar.....	125
2.7.4	Responsabilidade objetiva. Atos lícitos e ilícitos.....	127
2.7.5	Responsabilidade objetiva. Atos comissivos e omissivos	128
2.7.6	Responsabilidade objetiva, processo administrativo, a Lei nº 9.784/1999 e o Código de Processo Civil/2015.....	135
2.8	Princípio da eficiência	138
2.8.1	Evolução histórica do princípio constitucional da eficiência no Direito brasileiro.....	138
2.8.2	Exame extrajurídico do princípio constitucional da eficiência no Direito brasileiro.....	140
2.8.3	Regras para a interpretação positiva do princípio constitucional da eficiência	143
2.8.4	Princípios de Direito Comparado	144
2.8.4.1	Direito espanhol e o “princípio da eficácia”	145
2.8.4.2	Direito italiano e o “princípio do bom andamento”	147
2.8.4.3	Direito português e o “princípio da eficiência” (ou “princípio da desburocratização”)	149
2.8.5	A doutrina brasileira e o princípio constitucional da eficiência	151
2.8.6	Definição e limites do princípio constitucional da eficiência	154
2.8.7	O princípio da eficiência, o processo administrativo, a Lei nº 9.784/1999 e o Código de Processo Civil/2015.....	156
2.8.8	Princípio da eficiência e a “decisão coordenada”	167
2.8.9	Princípio da eficiência. Conclusão	169

CAPÍTULO IV

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS *STRICTO SENSU* E A LEI

Nº 9.784/1999	171	
1	Introdução.....	171
2	Princípio do devido processo legal.....	174
2.1	Introdução à importância e evolução histórica da cláusula “ <i>due process of law</i> ” na Inglaterra e nos Estados Unidos da América do Norte.....	175
2.1.1	Origem e evolução do devido processo legal na Inglaterra.....	177
2.1.2	Origem do devido processo legal nos Estados Unidos da América do Norte ..	180
2.1.3	Evolução histórica do devido processo legal substantivo nos Estados Unidos da América do Norte	184
2.1.4	Concepção atual do devido processo legal nos Estados Unidos da América do Norte.....	188
2.1.5	Conclusão.....	190
2.2	A cláusula do devido processo legal em outros países.....	191

2.2.1	O devido processo legal em Portugal.....	191
2.2.2	O devido processo legal na Itália	193
2.2.3	O devido processo legal na Espanha.....	194
2.2.4	O devido processo legal na França	195
2.2.5	O devido processo legal na Argentina	197
2.2.6	O devido processo legal no México	199
2.2.7	O devido processo legal no Uruguai.....	200
2.2.8	O devido processo legal na Alemanha.....	200
2.3	O Direito Administrativo brasileiro e a cláusula do devido processo legal na visão da doutrina.....	201
2.3.1	O pensamento de San Tiago Dantas.....	202
2.3.2	O pensamento de José Frederico Marques.....	203
2.3.3	O pensamento de Ada Pellegrini Grinover.....	204
2.3.4	O pensamento de José Celso de Mello Filho	205
2.3.5	O pensamento de J. J. Calmon de Passos.....	207
2.3.6	O pensamento de Carlos Ari Sundfeld	208
2.3.7	O pensamento de Carlos Roberto de Siqueira Castro	209
2.3.8	O pensamento de Rogério Lauria Tucci e José Rogério Cruz e Tucci.....	210
2.3.9	O pensamento de Lúcia Valle Figueiredo	211
2.3.10	O pensamento de Carlos Mário da Silva Velloso.....	212
2.3.11	O pensamento de Nelson Nery Jr.	213
2.3.12	O pensamento de Celso Antônio Bandeira de Mello.....	214
2.3.13	O pensamento de Cármen Lúcia Antunes Rocha.....	214
2.3.14	Conclusão.....	216
2.4	O devido processo legal, o processo administrativo e a Lei nº 9.784/1999.....	216
2.4.1	Autonomia do devido processo legal. Premissas hermenêuticas.....	217
2.4.2	Esboço de uma definição do devido processo legal.....	218
2.4.3	Devido processo legal. Aspectos “processual” e “substancial”	219
2.4.4	O devido “processo” legal	220
2.4.5	O “devido” processo legal	223
2.4.6	O devido processo “legal”	224
2.4.7	A proteção à “liberdade” e aos “bens”	226
2.4.8	Devido processo legal. Limites de atuação	229
2.4.9	Devido processo legal e a aplicação da Lei nº 9.784/1999.....	231
3	Processo administrativo, princípio do contraditório, a Lei nº 9.784/1999 e o Código de Processo Civil/2015.....	233
3.1	Princípio do contraditório e Estado Democrático de Direito	234
3.2	Princípio do contraditório e igualdade processual.....	236
3.3	Evolução do princípio do contraditório.....	237
3.4	Princípio do contraditório e a concepção atual do processo administrativo.....	240
3.5	Princípio do contraditório, instrução do processo e a Lei nº 9.784/1999.....	242
3.6	Princípio do contraditório, providências acauteladoras, a Lei nº 9.784/1999 e o Código de Processo Civil/2015 (antecipação de tutela)	250
4	Princípio da ampla defesa, a Lei nº 9.784/1999 e o processo administrativo	254
4.1	Princípio da ampla defesa e princípio do Estado Democrático de Direito	255
4.2	Princípio da ampla defesa, processo administrativo, defesa “indireta” e defesa “direta”	256
4.3	Princípio da ampla defesa, processo administrativo e o direito a provas.....	281
4.3.1	Processo administrativo e a “prova emprestada”	284
4.3.2	Processo administrativo e a “verdade sabida”	286
4.3.3	Processo administrativo e a “prova ilícita”	287
4.4	Princípio da ampla defesa, processo administrativo e a defesa técnica.....	291
4.5	Princípio da ampla defesa, processo administrativo e o princípio da motivação	293
4.6	Princípio da ampla defesa, processo administrativo e o direito a recursos.....	296

CAPÍTULO V	
CONCLUSÕES.....	301
REFERÊNCIAS.....	305
ANEXO	
LEI Nº 9.784 , DE 29 DE JANEIRO DE 1999	327
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	341